

A Revolta dos Árabes Israelitas

Mark Heller

Nunca como no último mês, os cidadãos árabes de Israel protestaram com tanta violência contra o seu próprio Estado. A solidariedade com a causa palestina não explica tudo. Israel deve travar a escalada de frustração e alienação de uma parte da sua população.

Os confrontos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, e as manifestações violentas pelos árabes em Israel, estão a ser apresentadas como sendo duas faces da mesma moeda. Mas não são.

Não é que as duas ocorrências sejam completamente distintas. Os árabes israelitas apoiam os objectivos do movimento nacional palestino para acabar com a ocupação israelita da Cisjordânia e da Faixa de Gaza e estabelecer um Estado palestino independente. Sentem simpatia e solidariedade em relação aos palestinos, especialmente a nível humano, quando estes se confrontam com as forças de segurança israelitas nos territórios ocupados. E são tão sensíveis em relação a afrontas reais ou imaginárias a sensibilidades religiosas e locais sagrados em Jerusalém, quanto os palestinos (ou outros muçulmanos) em qualquer outro lugar. Tudo isto explica a actual vaga de confrontos que decorre em Israel.

Mas não explica o nível ou a intensidade dos protestos dos árabes israelitas. Durante a intifada, os árabes israelitas expressaram a sua solidariedade e simpatia exclusivamente através de meios não violentos. A diferença é que desta vez os confrontos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza não emanam da natureza do conflito israelo-palestino, mas da alienação mais difundida e generalizada sentida pelos árabes israelitas na passada década. E a principal fonte da alienação não é o desespero pela incapacidade de dividir (como é o caso da Cisjordânia e da Faixa de Gaza), mas antes o desespero pela incapacidade de conseguir maior igualdade e integração.

Há três obstáculos que frustam esta aspiração. O primeiro é o carácter e vocação judaica de Israel, que impossibilita os não-judeus de serem parceiros iguais dentro do Estado. Isto não deverá mudar num futuro próximo, apesar das exortações dos pós-zionistas. Nem há qualquer razão para que mude. Um Estado que reflecta a identidade judaica é tão legítimo, quanto um Estado que reflecta a identidade árabe palestina — que se encontra em processo de concretização. Mas este não é o problema mais grave.

O segundo obstáculo é o conflito israelo-palestino, que não só agudiza o dilema de identidade dos árabes israelitas, mas também tem uma série de ramificações imediatas para a sua vida diária: exclusão do serviço militar, impedimento de trabalhar em indústrias militares ou quaisquer indústrias que negociem com o aparelho militar, controlos mais rigorosos nos transportes públicos por razões de segurança, pedidos mais frequentes para mostrar os bilhetes de identidade, etc., etc. Muitas destas medidas são justificadas (ou, frequentemente, racionalizadas) por motivos de segurança e não desaparecerão nem diminuirão até o conflito em si estar resolvido. Mas, até lá, o modo como se manifestam, que vai desde a humilhação provocada pelos controlos de segurança e aos BIs, até às ilações apressadas sobre os alegados motivos nacionalistas de criminosos presos e

acusados de crimes ligados ao armamento, só aumentam a alienação já sentida.

O terceiro obstáculo é a sensação de contínua privação e desespero por as lacunas sociais e económicas entre judeus e árabes nunca terem fim. Este é o obstáculo mais nevrálgico e evitável, menos relacionado com o conflito israelo-palestiniano, e o mais ligado à agenda local dos árabes israelitas. Sem ser por negligência e discriminação, não há qualquer explicação razoável para as adjudicações orçamentais assimétricas, não só para as autoridades locais mas para todo o tipo de actividades a nível nacional (será só uma coincidência que o Ministério dos Assuntos Religiosos dedique menos de 2% do seu orçamento a não-judeus?). Não há qualquer outra explicação razoável para o facto de que das 15 localidades mais duramente atingidas pelo desemprego, 12 ou 13 serem cidades árabes. Não há qualquer outra explicação razoável para o facto de, excepção feita para os serviços educacionais e de saúde locais, haver poucos árabes a trabalhar no sector público, e quase nenhum em posições de destaque.

A frustração aumentou desde as últimas eleições, com a lacuna entre as expectativas e a realidade a alargar-se ainda mais. Em 1999, Ehud Barak teve mais apoio de eleitores árabes do que Yasser Arafat teve nas eleições palestinianas de 1996; a sua taxa de aprovação esteve perto das de Hosni Mubarak e Hafez al-Assad. Isto não se deveu apenas à sua política para a paz, mas também ao seu empenho para que a igualdade e integração dentro de Israel fossem tomadas a sério. Mas logo após as eleições os únicos com que nem sequer abordou a possibilidade de uma coligação foram os partidos árabes. Em vez disso, partiu do pressuposto de que os árabes iriam apoiá-lo e não fez qualquer esforço para implementar uma reformulação séria das políticas governamentais, nem sequer de assinalar a sua determinação em fazê-lo.

Ainda não é demasiado tarde para pegar o touro pelos chifres. Mas se o Governo israelita não fizer um sério esforço para solucionar os problemas dos árabes israelitas ainda antes de qualquer acordo de paz israelo-palestiniano, a tendência para a "nacionalização" de queixas locais, ilustrada de forma tão evidente nas últimas semanas, só poderá fortalecer-se.